



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS
- 2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/11/2015

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados João Alberto, Arnaldo Silva e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o apoio do Estado à formação de consórcios intermunicipais de saúde para melhorar a oferta de serviços de média e alta complexidade; a legislação aplicável e as experiências bem-sucedidas na área; a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ormesinda Maria Barbosa Salgado, secretária executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência Centro-Sul – Cisru; Maria Helena de Lima, secretária executiva do Colegiado dos Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais; Francismara Resende Guimarães, secretária de Saúde de Bom Sucesso; Sinara Rafaela Campos e Rita de Cássia Aguiar Barboza, respectivamente, prefeita e gestora do SUS em Santa Cruz de Minas; Juliana Medeiros Campos, secretária executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes, e Maflávia Aparecida Luiz Ferreira, secretária executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência Nordeste-Jequitinhonha – Cisnorje; e os Srs. Gilmar de Assis, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde; Pedro Ferreira de Paula, secretário de Saúde de Ipaba; Darlan Venâncio Thomaz Pereira, assessor de Cooperação Intermunicipal de Saúde da Secretaria de Saúde, representando as subsecretarias de Gestão Regional, de Políticas e Ações em Saúde e de Regulação em Saúde; Sidnei Amauri Scalioni Pereira e Rômulo Hastenreiter Rocha, respectivamente, presidente e assessor jurídico do Colegiado dos Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde; Fernando Antônio Dutra Macedo, Denys A. Carvalho e Cláudio Moisés Lacerda Reis, respectivamente, presidente, secretário executivo e coordenador médico do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Sudeste; José Antônio Alves de Sousa, presidente do Cisnorje; Roberto Alves Vieira, secretário executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde de Ubá e Região; Marco Aurélio de Oliveira, secretário executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi; Renê Leite Magalhães, secretário executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste – Cisleste; Benito de Araújo, prefeito de Nova Era; Carlos Augusto Tenório Dionísio e José Carlos de Oliveira, respectivamente, presidente e secretário executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí; Paulo Renato Germiniani Ribeiro, secretário executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Sapucaí; João Batista Trindade Azzi, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba e do Cisru; Bruno Diniz Pinto, secretário de Saúde de Sarzedo e presidente do Conselho de Secretarias Municipais



de Saúde de Minas Gerais – Regional Belo Horizonte; Marcélio Alves Costa, secretário executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência Leste; Leonardo José Barroso, diretor executivo do Cisleste, e Fernando Pereira Gomes Neto, presidente do Consórcio Intermunicipal Aliança para Saúde, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Jorge, coautor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.584/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Glaycon Franco). O Projeto de Lei nº 27/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Arlen Santiago, aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 4.376/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada visita ao procurador-geral de justiça com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as ações desenvolvidas pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde e de parabenizá-lo pelo importante trabalho realizado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

#### **ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2015**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, João Alberto, Professor Neivaldo e Celinho do Sinttrocel (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dilzon Melo, Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a adoção de medidas de segurança em razão do aumento do índice de criminalidade no Município de Santa Rita do Sapucaí, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil e Relações Institucionais (5) (13/11/2015), e dos Srs. Coronel PM Marvio Cristo Moreira, chefe da Assessoria Institucional da Polícia Militar (19/11/2015). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 110, no 1º turno, e 1.131/2015, em turno único (deputado Cabo Júlio). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Thais Pereira de Mesquita, procuradora-geral do Município de Santa Rita do Sapucaí; Cibele Maria da Silva e Vanderlea Paulino, vereadoras do Município de Santa Rita do Sapucaí; e os Srs. Paulo Kléber Duarte Pereira, representando Bilac Pinto, deputado federal; Rodrigo Xavier da Silva, chefe de Gabinete da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando Guilherme Rodrigues Oliveira, diretor de Gestão de Vagas e Atendimento Judiciário da Secretaria de Estado de Defesa Social; Jefferson Gonçalves Mendes, prefeito de Santa Rita do Sapucaí; Reinaldo de Cássia Amaral, presidente da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí; Ten.-Cel. PM Gilson Gonçalo dos Santos, comandante do 20º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais; Flávio Tadeu Destro, delegado Regional de Polícia Civil de Pouso Alegre; Mário Roberto Rodrigues Martins, delegado de Polícia Civil de Santa Rita do Sapucaí; 2º-Ten. PM José Inácio da Costa, comandante da Guarda



Municipal de Santa Rita do Sapucaí; Luiz Fernando Ribeiro, presidente da Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí - Cooperrita; e dos seguintes vereadores da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí: Aldo Ambrósio Morelli, Rodrigo Elísio de Souza, José Márcio Cunha e Vagner Fernandes Mendes, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.821/2015, com as Emendas nºs 1 e 3, e pela rejeição da Emenda nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Leite) e 2.227/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.571, 2.633, 2.639, 2.640, 2.642 a 2.644, 2.647 a 2.649, 3.061, 3.062, 3.064 a 3.066, 3.068, 3.070, 3.071, 3.073, 3.076, 3.080, 3.084 a 3.087/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.462 a 4.465/2015. São recebidos pela presidência e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.569/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião no Município de Jacuí para debater o aumento do índice de criminalidade e de violência na região;

nº 4.570/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social e ao Chefe de Polícia Civil pedido de providências para que seja implantada uma delegacia regional de Polícia Civil no Município de Araçuaí;

nº 4.571/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à convocação dos 2.482 candidatos excedentes ao cargo de investigador, considerados aptos no último certame da Polícia Civil;

nº 4.572/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja designado membro da comissão para acompanhar as atividades de grupo de trabalho constituído pela Associação de Magistrados de Minas Gerais - Amagis -, com o intuito de estudar e apresentar proposta de regulamentação da carreira de agente de segurança penitenciária, tendo em vista a importância do tema para a execução penal;

nº 4.573/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião para debater a minuta de proposição legislativa que visa alterar a Lei nº 5.301, de 1969, que contém o Estatuto do Pessoal da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, principalmente no que tange aos dispositivos que regulamentam as promoções e as convocações de policiais e bombeiros militares;

nº 4.574/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e João Alberto, em que solicitam seja realizada reunião para debater o surgimento de uma nova "cracolândia" no Município de Belo Horizonte, na região do Bairro Aparecida;

nº 4.575/2015, dos deputados Nozinho, Sargento Rodrigues, Tito Torres e João Leite, em que solicitam seja encaminhado à empresa Vale pedido de providências para que viabilize a cessão, aos municípios polo da área de influência de suas atividades minerárias - Itabira e João Monlevade -, de terreno com 20.000m² e apoio à construção de centros de internação de menores infratores, utilizando, para tanto, parte das condicionantes socioambientais a serem assumidas no processo de renovação das licenças de suas minas. A cessão requerida permitirá a formalização de parceria entre os municípios e a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, que exige a área nas dimensões solicitadas;



nº 4.576/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Tito Torres, João Leite e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja priorizada a construção de centro de internação de adolescentes infratores no Município de Itabira, com a destinação dos recursos orçamentários para a implantação e manutenção dessa unidade, tendo em vista a inexistência de vagas para cumprimento das medidas de internação, bem como a forte demanda apresentada pela população local durante audiência pública realizada pela comissão no Município de João Monlevade em 30/11/2015, considerando que essa comarca ficará atendida quanto à carência de vagas com a construção da referida unidade;

nº 4.577/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Tito Torres, Nozinho e João Leite, em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para que seja intensificada a execução de operações conjuntas de repressão qualificada no Município de João Monlevade e região, tendo em vista o aumento da criminalidade, bem como as demandas trazidas a esta comissão pela população local durante audiência pública realizada no referido município na data de 30/11/2015;

nº 4.578/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Nozinho e Tito Torres, em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que sejam envidados esforços para ampliação das ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd - no Município de João Monlevade e região, considerando-se os bons resultados atingidos pelo programa e a crescente necessidade dessas medidas no entorno;

nº 4.579/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Tito Torres, Nozinho e João Leite, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal de João Monlevade pedido de providências para que haja investimentos nas ações voltadas para crianças, adolescentes e jovens, ou que sejam ampliadas, de maneira a contribuir para a prevenção da criminalidade, a exemplo do ensino em tempo integral e de programas de esporte, cultura e lazer, especialmente em vilas, favelas e localidades mais vulneráveis do município;

nº 4.580/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Tito Torres, João Leite e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e à Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para que seja viabilizada, por meio do estabelecimento e fiscalização de condicionantes em processos de licenciamento, ou na renovação de licenças, a cessão de terrenos de 20.000m<sup>2</sup> pela empresa Vale nos Municípios de Itabira e João Monlevade - polos da região de atuação da mineradora - destinados à construção de centros de internação de adolescentes infratores, tendo em vista a grande demanda na região;

nº 4.581/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Nozinho, Tito Torres e João Leite, em que solicitam seja encaminhado à Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais e à Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais pedido de providências para que seja ampliada a atuação das referidas polícias, especialmente no que tange às medidas de combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas no Município de João Monlevade e região.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 4.582/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações quanto à utilização das aeronaves da instituição (helicópteros e avião), incluindo-se as datas, os deslocamentos e a finalidade das viagens realizadas a partir do ano de 2014.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – João Alberto.

**ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2015**

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Jean Freire, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos, e submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.565/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita sejam encaminhados à Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; à Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, da OAB Seção Minas Gerais; à Subcomissão Municipal da Verdade da Escravidão no Brasil, da OAB Seção Minas Gerais, 13ª Subseção Uberlândia; à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania - Sedpac; à Subsecretaria de Promoção da Igualdade Racial da Sedpac; e ao Coletivo Margarida Alves as notas taquigráficas e vídeo da 24ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 25/11/2015, com o tema "Memórias da escravidão negra no Brasil";

nº 4.566/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as denúncias de suposta fraude envolvendo as eleições dos conselheiros tutelares de Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2015**

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC) e Dilzon Melo (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Dâmina Pereira, deputada federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.664/2015, que solicitou aos deputados federais e senadores pelo Estado pedido de providências para que seja feita gestão junto à Petrobras, com o objetivo de impedir a suspensão de investimento na construção da fábrica de amônia em Uberaba e de solicitar à referida empresa que coloque esse investimento como prioritário em seu planejamento para 2015 e 2016; e dos Srs. Alex Sandro Feil, superintendente de Comunicação e Relações Institucionais da Aneel, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.443/2015, que formulou voto de congratulações com a Aneel pelo sucesso do leilão de energia solar ocorrido em 28/8/2015; e Anderson Ferreira, superintendente de Coordenação e Representação Parlamentar da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.370/2015 que solicitou providências para viabilizar a extensão da rede de energia elétrica até a comunidade de Água Nova, em Luislândia (13/11/2015); e Eduardo Barbosa, deputado federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.664/2015, que solicitou apoio junto à Petrobras com o objetivo de impedir a suspensão de investimento na construção da fábrica de amônia em Uberaba e de solicitar à referida empresa que coloque esse investimento como prioritário



em seu planejamento para 2015 e 2016 (21/11/2015). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.236 com a Emenda nº 1, e 3.237/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Bosco, presidente – Tony Carlos – Carlos Pimenta.

**ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2015**

Às 14h28min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e João Alberto, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Braulio Braz e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as dificuldades da perícia médico-legal para a identificação de corpos de vítimas do rompimento da Barragem do Fundão, no Município de Mariana. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. João Octacílio Silva Neto, chefe adjunto da Polícia Civil de Minas Gerais; André Luiz Barbosa Roquette, superintendente de Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Marco Antônio Fonseca Paiva, diretor do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Braz Luiz de Azevedo, secretário municipal de Defesa Social de Mariana, representando Duarte Eustáquio Gonçalves Junior, prefeito; e Antônio Marcos Ramos de Freitas, presidente da Câmara Municipal de Mariana, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Foram ouvidos como denunciantes nesta reunião: Tiago Dias Vieira e José Hermínio de Andrade, vereadores da Câmara Municipal de Ferros. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.604/2015, do deputado Tito Torres, em que solicita seja realizada reunião para ouvir os Srs. Tiago Dias Vieira e José Hermínio de Andrade, vereadores da Câmara Municipal de Ferros, sobre a redução dos efetivos das Polícias Civil e Militar no referido município;

nº 4.605/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja antecipado o cronograma de realização do concurso público dos agentes penitenciários do Estado;

nº 4.606/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais civis e militares lotados no Município de Santa Rita do Sapucaí pelo empenho no combate à criminalidade, apesar do enorme déficit de efetivos;

nº 4.607/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil em Santa Rita do Sapucaí pedido de providências para que sejam realizadas operações conjuntas de repressão qualificada ao crime no município e região;

nº 4.608/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado à Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que seja dada atenção especial à criação de vagas de internação para adolescentes em conflito com a lei no Município de Santa Rita do Sapucaí, buscando parcerias com a Prefeitura Municipal e com a sociedade civil;



nº 4.609/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para que seja reforçado o cinturão de segurança pública no Sul do Estado, tendo em vista, sobretudo, as divisas com os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro;

nº 4.610/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que seja ampliado o efetivo da Polícia Militar no Município de Santa Rita de Sapucaí;

nº 4.611/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião para a entrega dos diplomas referentes a votos de congratulações com os bombeiros militares lotados no 1º, 2º e 3º Batalhões de Bombeiro Militar, no Batalhão de Operações Aéreas, no Batalhão de Emergências Ambientais e Resposta a Desastres, na Companhia Independente de Resgate e no Comando Operacional de Bombeiros, nos termos do Requerimento nº 2.633/2015;

nº 4.612/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada visita aos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para debater e aprimorar matéria referente a legislação mineira, especificamente a Lei nº 14.310, de 2002, Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais, que extirpou, de maneira pioneira, a aplicação do então Decreto nº 23.085, de 1983, Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – João Magalhães.

#### **ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2015**

Às 15h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão, Arnaldo Silva e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Arnaldo Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.297/2015. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.405 e 2.713/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.593/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja encaminhado ao governador de Estado pedido de providências com vistas a que seja elaborado projeto de lei que institua bolsa ou auxílio pós-transplante de órgão vitais, conforme sugestão do Movimento das Pessoas Transplantadas de Juiz de Fora;

nº 4.591/2015, dos deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão, Elismar Prado e Arnaldo Silva, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Casa pedido de providências para disponibilizar exemplares da Lei Brasileira da Inclusão – Lei Federal nº 13.146, de 2015 –, em formato acessível, por meio de material impresso e áudio, assim como no *site* da ALMG;

nº 4.592/2015, dos deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão, Elismar Prado e Arnaldo Silva, em que solicitam seja realizada visita às instalações do Move, no Município de Belo Horizonte, para averiguar as condições de atendimento e acessibilidade do sistema para o usuário com deficiência.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Bonifácio Mourão – Ione Pinheiro.

#### **ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2015**

Às 16h47min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Rogério Correia, Tito Torres e Isauro Calais (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 18h39min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tiago Ulisses, Felipe Attiê, Rogério Correia, Cristiano Silveira (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM) e Antônio Jorge (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Tiago Ulisses, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.107/2015, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 5 e 6, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1 pelo deputado Antônio Jorge. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é aprovada a proposta de emenda. É dada nova redação ao parecer, que passa a opinar pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nº 5 a 7. Os deputados Felipe Attiê e Cristiano Silveira retiram-se a reunião. O presidente, verificando de plano a inexistência de quórum para prosseguimento dos trabalhos, determina a lavratura da ata e declara a reunião por encerrada.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Arnaldo Silva - Felipe Attiê - Thiago Cota - Vanderlei Miranda.

#### **ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2015**

Às 17h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Alberto, Cristiano Silveira, Isauro Calais, Bosco (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Antônio Jorge, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Alberto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.107/2015 com as Emendas nºs 1 a 4 (relator: deputado João Alberto). Registra-se a presença dos deputados Antônio Jorge e Felipe Attiê. Registra-se a saída do deputado Felipe Attiê. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.016/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.





João Alberto, presidente – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Isauro Calais – Vanderlei Miranda.

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/12/2015**

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Wander Borges e Durval Ângelo (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: dos Projetos de Lei nºs 265,361,919 e 1.606/2015 (relator: deputado Wander Borges), 1.095 e 1.618/2015 (relator: deputado Durval Ângelo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.102,1.178,1.378,1.592, 2.028, 2.408 2.456, 2.568,2.581, 2.667, 2.677, 2.689,2.699, 2.735, 2.769, 2.776, 2.785, 2.804, 2.977/2015 (relator: deputado Gilberto Abramo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

Gilberto Abramo, presidente – Léo Portela – Dilzon Melo.

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/12/2015**

Às 16h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Isauro Calais e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apresentar proposta da agenda da comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2015.

Isauro Calais, presidente – Cristiano Silveira – Wander Borges.



**MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 4/1/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adriano Rabelo Duarte, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar Oliveira;

exonerando Helder Ribeiro dos Santos, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar Oliveira.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **Pregão Eletrônico nº 107/2015**

#### **Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 220/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 20/1/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para a aquisição de luminárias, lâmpadas e reatores.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 6 de janeiro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 103/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A.R & C. Comércio e distribuição Ltda. Objeto: contratação de empresa para fornecimento e instalação de armários em MDF. Vigência: 90 dias contados a partir da data de sua assinatura. Licitação: Pregão nº 79/2015. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.4.4.90 (10.1).

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 104/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: RPS – Rios, Projetos e Sistemas Ltda. Objeto: cessão de uso, supervisão e manutenção do Sistema Informatizado de Administração Financeira e Controle Interno – SAFCI –, da Assembleia e de seus fundos. Vigência: três meses a partir de 5/1/2016. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90 (10.1).

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 116/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Câmara Municipal de São Pedro dos Ferros. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 123/2015**

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Projeto Vida. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 124/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lar Vicentino Divino Ferreira Braga. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, em conformidade com o art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.



**TERMO DE CONTRATO Nº 125/2015**

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Beneficente de Combate às Drogas. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei nº 8.666, de 1993).

**TERMO DE CONTRATO Nº 126/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Prefeitura de Ritópolis. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada.